

Jornalismo de Dados na Cobertura de Temas Ambientais no Centro-Oeste Brasileiro

Silvana Bazani¹
Fernanda Vasques Ferreira²

Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Universidade de Brasília (UnB)

Resumo

O artigo busca identificar como se dá a cobertura jornalística ambiental com base de dados em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ambos têm em comum o bioma Pantanal e a maior população indígena do Centro-Oeste, além de economia baseada no setor primário com exportação de *commodities*. O método escolhido para investigação é a Análise de Conteúdo com mapeamento de 104 notícias nos jornais *A Gazeta* (MT) e *Correio do Estado* (MS), de 4 de maio a 21 de junho de 2023, período marcado pela votação do Marco Temporal e reestruturação dos ministérios do Meio Ambiente e Povos Indígenas. Apenas 4,8% do total de notícias publicadas nos dois jornais abordaram temática sobre meio ambiente e com evidências de racismo ambiental, sem caracterizar jornalismo de dados.

Palavras-chave: Jornalismo; Dados; Meio Ambiente; Indígena; Racismo.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: silvanabazani@gmail.com

³ Professora do Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação, da Universidade de Brasília (UnB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutora em Comunicação pela UnB. E-mail: fernanda.vasques@fac.unb.br

INTRODUÇÃO

A prática do jornalismo guiado por dados está presente no dia a dia das redações de veículos de comunicação do mundo todo. Informações quantificáveis têm originado pautas e orientado matérias e reportagens, inclusive sobre temas ambientais, na cobertura jornalística. Na era digital, os dados binários e estatísticos induziram mudanças no modo de fazer jornalismo (Barbosa, 2005). Com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei de Acesso à Informação (LAI), visualização de séries históricas, tabelas dinâmicas e infográficos, inclusive sonoros, as condições de apuração e produção do jornalismo sofreram mutações e se reconfiguraram, apesar de persistirem entraves relacionados às condições de acesso, cobertura, conexão e inclusão digital.

O Data Reportal de 2023 reúne estatísticas relativas ao uso de internet e redes digitais. O relatório aponta que em janeiro de 2023 havia 181,8 milhões de brasileiros conectados à web, quando a penetração da internet era de 84,3%. No Brasil, os usuários de internet aumentaram 7,1 milhões ou 4,1% de 2022 a 2023. Apesar do crescimento, 33,9 milhões de pessoas ou 15,7% da população do país não usavam a internet, permanecendo offline à época. Neste cenário, que inclui a possibilidade de conversão de fotos, textos, sons e imagens em sistemas binários, reconhecidos por dispositivos eletrônicos como computadores e celulares, o jornalismo vem se apropriando de tais dados para produção de notícias.

Da mesma forma, tornaram-se mais frequentes as inserções de pautas ambientais na mídia, no atual contexto de emergência climática, com maior relevância na Europa e países ibéricos por entrarem na agenda pública e pelo interagendamento dos meios jornalísticos (Sousa, 2007). A partir disso, nosso trabalho pretende identificar a presença do jornalismo de dados na apuração e produção de notícias sobre meio ambiente³ e pautas relativas às causas indígenas em dois jornais impressos que circulam em Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), na região Centro-Oeste. Acrescentamos em nossa análise a perspectiva do racismo ambiental (Lovatto e Sleiman, 2023).

MT e MS são dois estados da região Centro-Oeste que têm em comum o bioma Pantanal e a maior população indígena entre as macrorregiões brasileiras, além de se

³ No decorrer da pesquisa, enquanto esse trabalho era avaliado após submetido ao Intercom, identificamos a necessidade de propor a discussão sobre racismo ambiental. Sobre isso, apresentaremos conceitos e nossa análise em torno da temática.

destacarem como produtores e exportadores de *commodities* agrícolas. Tomando como referência os jornais *A Gazeta* (MT) e *Correio do Estado* (MS), buscamos identificar como se dá a cobertura jornalística a partir do uso de dados nos dois jornais em fatos de relevância dentro de um contexto sócio-histórico em que se circunscreve a questão ambiental.

O método escolhido para a investigação foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Foi realizado o mapeamento do total de 104 notícias nos jornais *A Gazeta* (MT) e *Correio do Estado* (MS), de 4 de maio a 21 de junho de 2023, período marcado pela votação do Marco Temporal⁴ e reestruturação do ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e dos Povos Indígenas⁵. Ao realizar a coleta dos conteúdos dos dois jornais no período mencionado, identificamos a necessidade de incorporar, neste trabalho, o conceito de racismo ambiental que se vincula às questões ambientais e étnicas, uma vez que são temáticas interseccionais. Nossa análise identificou que apenas cinco (05) ou 4,80% do total de 104 notícias e reportagens avaliadas incluíram pautas sobre meio ambiente, sendo que todas as cinco (05) com a perspectiva de racismo ambiental. Nenhuma delas, contudo, apresentou característica de jornalismo de dados, ou seja, uma narrativa guiada por dados, apesar de incluírem informações numéricas, fornecidas por fontes (60%) ou extraídas de bases oficiais (40%).

Lovatto e Sleiman (2023) chamam atenção para o conceito de racismo ambiental, que surgiu nos Estados Unidos no contexto de luta por direitos civis e ambientais, liderados por Martin Luther King Jr, quando o movimento negro norte-americano contestava a poluição industrial em áreas ocupadas por descendentes da diáspora africana. Segundo os autores, racismo ambiental é resultado do racismo estrutural e se configura quando força uma parcela da população a sair de seus territórios para viverem marginalizadas, nas periferias do capitalismo. Lovatto e

⁴ Marco Temporal para demarcação de terras indígenas é uma tese jurídica que, se aprovada, permitirá aos povos originários reivindicarem a posse somente de áreas que estivessem ocupando na data de promulgação da Constituição Federal de 1988. Atualmente o julgamento está suspenso no STF após pedido de vistas do ministro André Mendonça, com placar de 2 a 1 contra o processo. Manifestaram-se contrários ao marco temporal os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, enquanto o ministro Nunes Marques votou a favor.

⁵ Os ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, dos Povos Indígenas e do Desenvolvimento Agrário foram esvaziados com a reestruturação da Esplanada dos Ministérios (Lei 14.600/2023), promovida pelo governo Lula, em 20 de junho de 2023. Ao assumir, o atual governo ampliou o número de ministérios de 23 para 37, incluindo, entre outros, o Ministério dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial, que não existiam na gestão anterior, de Jair Bolsonaro.

Sleiman (2023) destacam, ainda, que a agricultura é uma das atividades mais propensas à degradação ambiental. A produção primária está profundamente ligada à segurança alimentar dos seres humanos, despertando fortes interesses econômicos e disputas, contexto apresentado pelo Mapa dos Conflitos, da Fiocruz, que aponta 627 conflitos relacionados à discriminação de populações e minorias étnicas pela degradação do meio ambiente no território nacional, sendo 24 deles em Mato Grosso e 14 em Mato Grosso do Sul.

JORNALISMO DE DADOS E A COBERTURA AMBIENTAL NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

O jornalismo é uma atividade profissional necessariamente baseada em dados. Já nos primeiros semestres do curso que forma jornalistas, os ensinamentos passam pela necessidade de coletar dados. Pensando na perspectiva de uma pauta factual (Ferreira, 2018), por exemplo, um acidente de trânsito ocorrido exige apuração e dados são elementares para essa cobertura, respondendo às primeiras questões do lide jornalístico. É um acidente envolvendo carros, motocicletas, bicicletas, pedestres? A que horas aconteceu? Em que local? Há vítimas? Houve necessidade de atendimento médico de urgência? Quantas pessoas foram envolvidas? Onde aconteceu? Essas e outras tantas perguntas fazem parte da apuração preliminar e buscam, em sua gênese, a origem do fato em si, a explicação da ocorrência por meio de dados e informações.

Embora no começo da última década, a prática de Jornalismo de Dados (Mancini e Vasconcellos, 2016) tal como conhecemos nos dias atuais ainda fosse restrita, o recrudescimento da crise do jornalismo, as disputas de poder e de discursos circulantes, e a necessidade de reforço do jornalismo como instância de confiabilidade (Varão e Ferreira, 2020) tem aberto possibilidades para o jornalismo profissional e, junto disso, desafios que passam pelas questões de infraestrutura, formação, aspectos organizacionais e culturais da profissão.

Nesse contexto, o Jornalismo de Dados (Mancini e Vasconcellos, 2016) vem se estabelecendo como uma nova competência na área, sendo socializado e institucionalizado com capacitações, requerido como habilidade em postos de trabalho e debates no ambiente acadêmico e profissional por meio de conferências, encontros,

comunidades online, periódicos e relatórios, entre outros, conforme abordam Bounegru e Gray (2021).

Manifestou-se, nesse período, uma necessidade de compreensão em torno do termo por conta de eventos visivelmente ligados a dados, em casos como os Panama Papers, em 2013, quando o delator e ex-funcionário da CIA, Edward Snowden mencionou “o maior vazamento na história do jornalismo de dados”. Por outro lado, a prática também passou a ser mais contestada. Os vazamentos de Snowden, há dez anos, ajudaram a estabelecer um aparato de vigilância transnacional de estados e empresas como um fato e não mera especulação a partir de técnicas de apuração, coleta e disponibilização das informações por parte de jornalistas profissionais.

Por outro lado, autores como Mancini e Vasconcellos (2016) observam que os dados não oferecem representações neutras e diretas do mundo, por estarem enredados em meio à política e relações de poder. É necessário, portanto, questionar quais são os dados, as fontes dos dados e como são obtidos. Além disso, quais temas estão atrelados ao uso de dados e para quais fins, levando em conta quem é capaz de se beneficiar deles. Quais públicos são agrupados pelos dados, quais competências são suportadas, quais políticas podem sancionar e quais tipos de participação que engendram? Desse modo, em que pese a importância do uso de dados e do Jornalismo de Dados, é importante considerar que o dado está inserido em um ou mais contextos e isso não pode ser desprezado, já que narrativas podem ser orientadas, reforçadas ou até mesmo contestadas pelo uso de dados.

Barbosa (2005) acrescenta que as bases de dados (BDs), mesmo não sendo um meio de comunicação, um espaço visual, social ou urbano, são remediadas, melhoradas, pelo fato de que a internet vai garantir novas técnicas e linguagens para a sua construção e aplicação, de um lado, como sofrerão remediações e possibilitarão rupturas, ganhando novas funcionalidades de acordo com os usos e apropriações no jornalismo digital, por exemplo.

Em um sentido, o emprego e a utilização de BDs no jornalismo digital opera remediações nos sistemas de produção, de obtenção da informação, no âmbito dos gêneros jornalísticos e da apresentação dos conteúdos, e, em outro, vai gerar inovações quanto aos modos de fazer jornalismo nas redes digitais, configurando, então, um cenário de dupla via caracterizado por remediações e rupturas. Tais rupturas estariam na quebra de um certo padrão até então empregado para a organização e estruturação das informações, para a

construção das narrativas, para o arquivamento e recuperação dos conteúdos publicados, como também para a criação de elementos conceituais novos para apresentação das informações. A partir das possibilidades combinatórias e do cruzamento entre as informações inseridas numa BD, a classificação externa poderá ser feita pelos contextos temporal, geográfico, histórico, cultural, econômico, religioso, entre outros, ampliando, assim o espectro em relação às tematizações convencionais (Fidalgo, 2004). Ao explorar novas tematizações, surge, em contrapartida, o potencial para originar novos gêneros ou híbridos entre gêneros, assim como mediações em relação aos gêneros jornalísticos tradicionais. (BARBOSA, 2005, p. 7)

Retomando Mancini e Vasconcellos (2016), o Jornalismo de Dados é praticado quando informações quantificáveis (dados) guiam a construção do discurso. Já o Jornalismo com Dados é identificado nas publicações que apenas utilizam os dados sem que esses sejam o foco da notícia ou reportagem.

Há uma diferença, a nosso ver, entre reportagens COM e reportagens DE dados. Enquanto o primeiro contemplaria reportagens que se apropriam de dados de forma ilustrativa, no segundo caso, os dados seriam a própria razão da reportagem. No primeiro caso, o dado quantitativo teria o papel de auxiliar a ilustrar uma reportagem; no segundo, o dado seria o próprio fundamento da pauta e a história das relações entre os dados conduziria, neste caso, a reportagem (MANCINI E VASCONCELLOS, 2016, p.7).

Os autores também constroem uma matriz a partir de um um eixo vertical que parte da classificação de Jornalismo com Dados até o outro extremo, qual seja, Jornalismo de Dados (JD).

Essa matriz de algum modo limita o corte abrupto entre o que é, e o que não é JD, porque permite que as nuances entre as publicações possam ser contempladas. Em suma, a escala Jornalismo com Dados em um extremo e, em outro, JD, busca contemplar as diversas formas pelas quais a imprensa já produz conteúdo com dados quantitativos e como agora passou a produzir. Para isso, é necessário, no eixo horizontal, estabelecer quais atributos as reportagens apresentam. Esses atributos buscam atender ao modelo proposto por Stray (2014), Silver (2014) e Bradshaw (2014), qual seja: a importância de o JD buscar e apresentar relações entre os dados e, a partir daí, contar as suas histórias (MANCINI E VASCONCELLOS, 2016, p. 8).

Na classificação dos tipos de fontes, levamos em conta categorizações definidas nas teorias do jornalismo e adaptamos à temática do nosso artigo cientes de que a rotina vivenciada nas redações provoca uma busca pelas mesmas fontes (Chagas, 2020). Com base no exposto, trabalhamos com os seguintes eixos:

I) Uso de dados: notícias e reportagens classificadas conforme os critérios de jornalismo de dados (JD) e jornalismo com dados – inclusive quanto à origem dos dados - na cobertura geral e relacionada ao meio ambiente e a grupos étnicos, enfocando os povos originários e contextos de racismo ambiental. Também foi observado o uso de infografia e forma de acesso aos dados, se por meio de consulta a banco de dados, Lei de Acesso à Informação (LAI) ou apenas a partir de citação de fontes.

II) Tipos e número de fontes: Oficiais, internacionais, organizacionais (ONGs)/ativistas, empresariais, populares, indígenas, especialistas e religiosas, de maneira a identificar a pluralidade de fontes buscadas na apuração jornalística, principalmente em relação à temática ambiental e suas implicações para grupos populacionais vulnerabilizados, possibilitando o contraditório.

POR QUE MS E MT?

MT e MS têm, em comum, o bioma Pantanal – maior planície alagada do mundo e reserva de biodiversidade – e os maiores contingentes populacionais de indígenas do Centro-Oeste. No cenário nacional, Mato Grosso do Sul acomoda a terceira maior população de povos originários, com 116,4 mil pessoas ou 6,8% do total no país, conforme levantamento censitário divulgado em 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo 58,8% a mais que em 2010, data do último censo, quando somavam 73.295 indígenas. Mato Grosso está em sétimo lugar entre as 27 unidades federativas, com 58.231 indígenas ou 3,4% do total no Brasil. Nos últimos 13 anos, Mato Grosso registrou aumento de 36,8% na população indígena, sendo que em 2010 eram 42.538. Ademais, os dois estados também se destacam pela produção de grãos em larga escala e pecuária extensiva, sendo Mato Grosso recordista nacional nestas duas atividades, conforme indicadores do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Desse modo, identificar como se dá a cobertura jornalística voltada para pautas ambientais em dois jornais impressos de dois estados da região Centro-Oeste com as características e peculiaridades apresentadas, com foco em Jornalismo de Dados, se justifica à medida que nos indica de que maneira o jornalismo de dados ou com dados têm balizado as produções de jornais referenciados nos dois estados no que concerne à cobertura ambiental e de questões indígenas tão caras à democracia, às políticas públicas e sociais e às nações do mundo todo.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para realizar a análise e identificar como se dá a cobertura dos dois jornais *A Gazeta* (MT) e *Correio do Estado* (MS) selecionamos o período de de 4 de maio a 21 de junho de 2023, marcado pela votação do Marco Temporal e reestruturação dos ministérios do Meio Ambiente e Povos Indígenas. A escolha dos dois jornais se deu pelos critérios de longevidade, periodicidade diária e livre acesso dos leitores às versões impressas digitalizadas.

O *Correio do Estado* (MS) é um jornal diário, fundado em 1954 e sediado na capital Campo Grande, com distribuição de edições impressas em 78 municípios de Mato Grosso do Sul (MS), além de manter versão impressa digitalizada e ancorada em seu próprio site.

O Jornal *A Gazeta* (MT) foi fundado em 1990 na capital Cuiabá, sendo atualmente o único em Mato Grosso com circulação diária, além de também manter versão digitalizada e hospedada no site *Gazeta Digital*, do Grupo *Gazeta de Comunicação*.

Para realizar a coleta do material no período de análise, buscamos as versões digitalizadas (PDFs) das edições diárias de cada um dos dois jornais, ou seja, do *Correio do Estado* (MS) e *A Gazeta* (MT), em seus respectivos sites. Catalogamos as edições de ambos os jornais em uma planilha⁶ de Excel, criando campos (colunas) para a inserção das informações preliminares como: data, número de matérias publicadas, conteúdos que se relacionavam com meio ambiente e povos indígenas e, destes, identificamos aqueles que tinham gráficos, tabelas e outras imagens, além de dados e demais fontes.

Para identificar como se dá a cobertura de temáticas ambientais e indígenas nos dois jornais, valemo-nos da Análise de Conteúdo descrita por Bardin (1977). Para isso, ao realizarmos a coleta, fizemos a categorização dos elementos de identificação dos conteúdos, tais como: data, título, link de acesso, crédito, fontes dos dados e das informações. Considerando o nosso interesse de pesquisa, buscamos identificar a presença de dados na cobertura informativa jornalística dos dois jornais nas temáticas mencionadas e, com isso, apresentar como se dá essa cobertura.

⁶ A planilha com os conteúdos coletados está disponível no link

HÁ DADOS? NOTAS SOBRE A COBERTURA DE JORNALISMO AMBIENTAL E DE QUESTÕES INDÍGENAS

Neste trabalho, buscamos identificar o uso de dados, como discutem Mancini e Vasconcellos (2016), na cobertura jornalística de questões ambientais e indígenas nos dois principais jornais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foram mapeadas publicações nos dois principais jornais dos estados supracitados, considerando os critérios de longevidade, periodicidade e livre acesso dos leitores às publicações, sendo *A Gazeta* (MT) e *Correio do Estado* (MS). A coleta foi realizada durante período marcado pela antecipação e desdobramentos da votação do Marco Temporal para demarcação de terras indígenas e reestruturação dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, conforme justificado anteriormente.

Identificamos 104 chamadas e manchetes na capa dos dois jornais, que constituem notícias e reportagens, excetuando publicações de assessorias de imprensa (releases) e agências de notícias, conforme identificadas por ambos os veículos de comunicação. Foram coletadas e tomadas como objeto de análise as notícias e reportagens destacadas nas capas dos dois jornais, no período de 4 de maio de 2023 a 21 de junho de 2023. A escolha dos dias analisados se deu pela técnica de pesquisa da semana construída⁷. Portanto, as edições analisadas foram as de quinta-feira (04/05/2023), sexta-feira (12/05/2023), sábado (20/05/2023), domingo (28/05/2023), segunda-feira (05/06/2023), terça-feira (13/06/2023) e quarta-feira (21/06/2023). Consideramos as capas dos dois jornais regionais que mantém versões digitalizadas e gratuitas das respectivas edições diárias impressas, sendo *A Gazeta* (MT) e *Correio do Estado* (MS).

Das 104 publicações selecionadas nos dois jornais no intervalo temporal recortado, apenas uma (01) ou 0,96% do total publicado trouxe características do jornalismo de dados, com uma narrativa guiada a partir da busca de informações no Portal da Transparência da prefeitura municipal de Campo Grande (MS)⁸. Tal publicação, mancheteada pelo jornal *Correio do Estado* (MS) no dia 21 de junho com o título “Empresa de Patrola é a campeã dos repasses da prefeitura” atende aos requisitos

⁷ Essa técnica consiste na coleta de materiais de um dia da semana na primeira semana, o dia subsequente da semana na segunda semana, o dia subsequente da semana na terceira semana e assim por diante de modo a coletar os sete dias da semana no período de análise.

⁸ O Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS)

de Jornalismo de Dados (JD), tal como conceituam Mancini e Vasconcellos (2016), uma vez que destaca e constrói a narrativa com base em dados, denunciando superfaturamento por empresa investigada pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS).

Nenhuma publicação neste período pelos dois jornais incluiu informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Em geral, conteúdos jornalísticos que se valem de dados da LAI são mais investigativos e menos declaratórios.

A inclusão de dados numéricos e quantificáveis foi encontrada em 38% das 104 notícias, sendo que ou 10,5% também apresentaram infografia. Atreladas às questões ambientais e indígenas, apenas cinco (05) ou 4,80% do total de 104 publicações avaliadas incluíram essas pautas, evidenciando contextos de racismo ambiental. Além disso, nenhuma destas cinco publicações apresentou característica de jornalismo de dados, ou seja, uma narrativa guiada por dados, apesar de incluírem informações numéricas, fornecidas por fontes (60%) ou extraídas de bases oficiais (40%).

Na intenção de identificar a prática do Jornalismo de Dados na cobertura ambiental, foi feita uma busca de notícias dentro de contextualização cronológica.

No dia 7 de junho de 2023, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes votou contra a aplicação do chamado Marco Temporal para demarcação de terras indígenas. Além disso, os ministérios do Meio Ambiente, dos Povos Indígenas e do Desenvolvimento Agrário foram esvaziados com a reestruturação da Esplanada dos Ministérios (Lei 14.600/2023), promovida pelo governo Lula, em 20 de junho de 2023.

Observamos, em nossa análise, uma tentativa de organizar, interpretar fatos e produzir sentidos na cobertura jornalística, predominantemente com base em declarações de fontes oficiais, uma vez que são majoritárias na cobertura informativa dos dois jornais no que concerne à temática ambiental e indígena.

Regionalmente, a visita de uma representante da Organização das Nações Unidas (ONU) na aldeia indígena da etnia guarani-kaiowá, em Dourados, Mato Grosso do Sul (MS), repercutiu na imprensa local, com publicações nos dias 28 de maio e 5 de junho de 2023, destacadas por meio de manchetes em duas edições do jornal *Correio do Estado* (MS). A notícia publicada no dia 28 de maio de 2023 com o título “ONU pede urgência na demarcação de terras em Mato Grosso do Sul” chama a atenção para um

relatório produzido pela ONU e para a obrança da demarcação de territórios indígenas em Mato Grosso do Sul, feita pela secretária-especial da Secretaria Geral da ONU para a prevenção do genocídio, Alice Wairimu Nderitu, durante visita às aldeias indígenas locais, após viagem oficial ao território indígena dos yanomamis, em Roraima, e às comunidades afro-brasileiras no Rio de Janeiro. Conforme exposto na notícia, o relatório da ONU identifica racismo estrutural na sociedade brasileira.

A segunda publicação, no dia 5 de junho, intitulada “Fazenda da Caiuá é acusada de contaminar indígenas”, também é fundamentada no mesmo documento da ONU e denuncia exposição e contaminação por agrotóxicos de indígenas da aldeia Jaguapirue Bororo, em Dourados (MS). Segundo a reportagem, os indígenas vivem em uma fazenda de uma organização missionária – Missão Caiuá -, que arrendou as terras para plantio de soja, lavoura que requer intenso uso de pesticidas.

Nos dois conteúdos analisados os problemas enfrentados pelos povos originários foram abordados principalmente pela perspectiva de fontes oficiais como o governo do Estado, agentes de segurança, religiosos, especialistas (sociólogo), sendo ouvido apenas um representante dos indígenas e uma mulher indígena, além da secretária-especial da ONU.

A publicação impressa, que mantém versão digitalizada com acesso gratuito, também abordou inundação de uma área de 9 mil hectares no município de Batayporã, em Mato Grosso do Sul, provocado por abertura de comportas de uma usina hidrelétrica administrada pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp). No conteúdo analisado, também publicado no dia 28 de maio de 2023 e com chamada na capa do jornal, foram destacados prejuízos aos fazendeiros da região, decorrentes da cheia e vazão do rio Paraná, sem mencionar consequências e danos para outros grupos de moradores da região. Foram citadas uma investigação do Ministério Público e queixas de grandes proprietários de terras, sendo que apenas um representante da Cesp foi entrevistado pela reportagem.

Problemas relacionados a investimentos em hidrelétricas também foram pautados em Mato Grosso, sendo destaque em capa do jornal *A Gazeta* (MT) no dia 12 de maio de 2023 uma matéria da editoria de *Política* sobre empresa ligada ao grupo do governador do Estado, envolvida em investigação sobre esquema de desvio de dinheiro público de emendas parlamentares no Distrito Federal (DF). Segundo a publicação, a

empresa investigada almeja construir Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no rio Cuiabá, juntamente com outra empresa que pertence à família do governador de Mato Grosso, Mauro Mendes. Foram citadas fontes oficiais, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Ministério Público Federal do Distrito Federal (MPFDF). A reportagem informa que não conseguiu contato com representantes das duas empresas mencionadas na matéria e que visam construir as PCHs no rio Cuiabá. Não foram mencionadas eventuais consequências para populações ribeirinhas.

Outra publicação que merece nossa atenção é do dia 28 de maio de 2023 no jornal *A Gazeta* (MT) abordando o projeto de construção de rodovia no Pantanal, ligando os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A matéria cita detalhes do empreendimento e repercute o assunto com empresários e um ambientalista, além de conter informações do governo de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a cobertura jornalística com base de dados no Centro-Oeste brasileiro, especificamente nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em particular nos jornais *A Gazeta* (MT) e *Correio do Estado* (MS) revelou uma tímida presença de conteúdos noticiosos sobre meio ambiente e questões indígenas. Apenas 4,80% do total de 104 publicações abordaram tais temáticas, com evidências de racismo ambiental, porém sem caracterizar jornalismo de dados (JD), ou seja, narrativa guiada por dados, apesar de incluírem informações numéricas, fornecidas por fontes (60%) ou extraídas de bases oficiais (40%). Uma única notícia, mancheteada pelo jornal *Correio do Estado* (MS) no dia 21 de junho com o título “Empresa de Patrola é a campeã dos repasses da prefeitura” atende aos requisitos de Jornalismo de Dados (JD), tal como conceituam Mancini e Vasconcellos (2016), uma vez que destaca e constrói a narrativa com base nos dados obtidos do portal da transparência da prefeitura municipal de Campo Grande (MS), denunciando superfaturamento por empresa investigada pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS). Verifica-se também uma desproporcionalidade quanto às fontes convocadas para abordar a pauta ambiental, com predominância de porta-vozes oficiais.

Referências

BAGGIO, Lucio Santos. **O uso do infográfico na narrativa noticiosa (apropriações na editoria de Poder da Folha de S. Paulo)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2015.

BARBOSA, Suzana; TORRES, Vitor. O paradigma “Jornalismo Digital em Base de Dados”: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. **Revista Galaxia**, n. 25, p. 152-164, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/10398> Acesso em: 10 ago. 2023.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo digital e bases de dados: mapeando conceitos e funcionalidades. **4º Congresso Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom)**, 2005. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-jornalismo-digital-bases-dados.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOUNEGRU, Liliana; GRAY, Jonathan. **Manual de Jornalismo de Dados: Rumo a uma prática crítica de dados**. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). 2021. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/help-desk/manual-de-jornalismo-de-dados-2>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

CHAGAS, Luã José Vaz. As “vozes autorizadas” sobre a Covid-19: A seleção de fontes especializadas no radiojornalismo. **43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2020. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0954-1.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

FERREIRA, Fernanda Vasques. **O papel do factual nos processos de agendamento e de enquadramento no telejornalismo**. 2018. 438 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

FRANÇA, Vera Veiga; LOPES, Suzana Cunha. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **Revista Matrizes**, v.11, n.3, set./dez, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/138820> Acesso em 16 ago. 2022.

Data Reportal - Digital 2023: Brasil. 2023. Disponível em <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em: 29 jun. 2023.

LOVATTO, Tatiana Quintana Samper; SLEIMAN, Sumaia Abdallah. Territórios tensionados: uma amostra do antropoceno no cenário de Campo Grande – MS. **Revista Ñanduty**, v. 11, n. 17, 137–154. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/nty.v11i17.16942>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fabio. Jornalismo de Dados: conceito e categorias. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 18, n.1, 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2016.181.07> Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUSA, Jorge Pedro. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica**, 2007. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

VARÃO, Rafiza; FERREIRA, Fernanda Vasques. **Jornalismo como Instância de Confiabilidade de Informações durante a Pandemia da Covid-19**. Editora RYA: Aveiro, 2020.